



FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: A EFAP EM DEBATE

Sarah Maria Freitas Machado Silva¹
Silvio Ancizar Sanchez Gamboa²
Régis Henrique dos Reis Silva³

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Formação e Capacitação dos professores; Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo e Formação de professores de Educação Física.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, discutir sucintamente os nexos e relações entre a formação de professores de Educação Física do Estado de São Paulo e as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil nos últimos 20 anos. Este trabalho faz parte de uma tese de doutorado em desenvolvimento, cujo objetivo principal é identificar e analisar, as teorias educacionais e os pressupostos políticos-filosóficos que embasam o projeto pedagógico dos cursos de formação continuada oferecidos pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP) da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo (REE/SP), no período de 2009 a 2012.

De acordo com Freitas (2007), a partir da análise histórica da formação de professores no Brasil, é possível identificar a atuação e influência dos organismos internacionais (ONU, FMI, UNESCO, BM, etc.) na formulação e desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente aquelas voltadas à capacitação dos educadores em serviço.

Nesse sentido, também destacamos as observações de Borges (1998), o qual analisou criticamente os pressupostos teóricos, que vêm norteando a formulação e implantação de programas voltados à capacitação dos educadores em serviço, nos estados brasileiros e na Europa. Segundo Borges (1998), há uma relação direta entre os projetos de reforma educacionais no âmbito internacional, com as políticas desse setor no Estado de São Paulo, sobretudo as orientações propostas pelo Banco Mundial.

Mais especificamente sobre as reformas da educação pública paulista, Nunes (2005) afirma que, tais mudanças apesar de sustentadas pelo discurso de atendimento à população pobre, de inclusão social e, de democratização da educação fundamental, têm na realidade como objetivo principal, adequar à educação pública às exigências do Banco Mundial dentro do modelo de Estado neoliberal.

Ainda segundo Nunes (2005, p. 69) trata-se de um “estelionato político e teórico” dos proponentes das reformulações da educação pública paulista, os quais ainda se apropriam de forma equivocada de termos e conceitos formulados por teóricos críticos ligados aos movimentos sociais.

Assim, como desdobramento das políticas neoliberais para a educação brasileira, e de forma mais contundente para o Estado de São Paulo, a forma adotada pelos sistemas de ensino para a formação dos professores em exercício na educação básica, conforme as recomendações dos organismos internacionais tem sido a de atender a custo reduzido e em larga escala, à demanda emergente por formação continuada.

Nesse sentido Silva (2002), após analisar a formação continuada dos professores de Educação Física do Estado de São Paulo, verificou que, essa formação vem sendo realizada de forma aligeirada e a baixo custo via oferta de cursos de educação à distância, com módulos

e teorias educacionais previamente formuladas, assim como sem a liberação dos professores da atividade da sala de aula para a realização dos cursos de formação.

Obviamente, todos esses fatores implicam direta ou indiretamente na apropriação de conceitos fundamentais a respeito do que vem a ser escola, educação, ensino e a sociedade, com consequências na definição da visão de mundo e postura política-pedagógica do professor.

Silva (2002), ainda enfatiza que, a formação continuada do Estado de São Paulo trata-se de uma intervenção educativa inadequada, e que isto impede medidas pedagógicas capazes de melhorar a educação pública oferecida para as crianças desfavorecidas economicamente.

Ao analisarmos mais de perto as ações REE/SP, para a formação dos professores do Estado de São Paulo, que se articulam as políticas de cunho neoliberal, destacamos as seguintes: a) Reorganização do Ensino Fundamental: Criação do Ciclo Básico; b) Reforma Curricular consubstanciada nas denominadas Propostas Curriculares que abrangeram também o ensino médio; c) Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC); d) Estabelecimento da Jornada Única para o Ciclo Básico; e) Estatuto do Magistério (1985); f) Escola Padrão (1992-1995); g) Reorganização da Rede Física (1997); h) Municipalização do Ensino Fundamental; i) Progressão Continuada; j) Programa de Educação Continuada; k) Criação de uma rede de tecnologia de formação de educadores, denominada de Rede do Saber.

Dentre essas, destaca-se, a Rede do Saber, porque, a partir dela foi criada em 2009 a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores "Paulo Renato Costa Souza" (EFAP).

A EFAP tem como objetivo, oferecer cursos de formação continuada aos professores efetivos da REE/SP, e também, aos ingressantes no quadro do magistério da SEE/SP, a qual exige a realização de um curso de formação específica durante o processo de seleção.

Assim, a EFAP além de utilizar uma infraestrutura tecnológica composta por ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas de colaboração *on-line* e uma rede de videoconferências, também programa e estrutura cursos com o foco no aperfeiçoamento e no desenvolvimento profissional dos servidores da SEE/SP.

No ano de 2012, foram categorizados 25 cursos oferecidos pela EFAP em suas várias possibilidades, dentre os quais, destacamos três, haja vista sua vinculação com a formação continuada dos professores, inclusive os de Educação Física, são eles: 1. *Curso de Formação Específica do Concurso Público para PEB II* - destinado aos professores melhor classificados no Concurso de 2010 e aos convocados de 2011 e 2012 (o objetivo desse curso é oferecer aos docentes que ingressaram na REE/SP, o currículo adotado pelo Estado, as formas de trabalho e a realidade das escolas estaduais); 2. *O Programa de Formação de Tutores* – destinado aos professores integrantes dos quadros docentes da SEE/SP (esse curso, objetiva oportunizar de realizar um curso de formação à distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP, de forma a estarem aptos a se cadastrar em futuras seleções de professores tutores em ações específicas da Escola. 3. *Programa Currículo e Prática Docente* – destinado aos professores integrantes do quadro de magistério, cujo objetivo é dar continuidade aos professores que se efetivaram nos últimos três anos, tal curso é abordar conteúdos, estratégias e metodologias no ensino básico e médio e o Educação de Jovens e Adultos.

Assim, com base na literatura da área que estuda a respeito da temática de formação de professores, e também, nos dados levantados e analisados acerca das ações realizadas pela REE/SP no campo da formação de professores de Educação Física da referida rede, podemos afirmar que as políticas de formação dos quadros docentes do Estado de São Paulo foram e continuam inadequados, haja vista que os programas de formação continuada oferecidos, são realizados na modalidade de ensino á distancia, privilegiando as teles e videoconferências, bem como as propostas desses programas, não atendem às reais demandas dos profissionais da Educação/Educação Física, nem tão pouco consideram a formação do sujeito e, sim, a intensificação de modelos preestabelecidos.

Nesse sentido, no nosso entendimento, contrariam um princípio fundamental da prática pedagógica, qual seja: planeja quem executa. Em outras palavras, para o professor que atua em sala de aula, é mais significativo, a possibilidade de tempo de trabalho remunerado para realização de estudos e planejamentos de cursos e de aulas, do que, a adoção de materiais didático-pedagógicos que elaborados sem conhecer a realidade das salas de aula, pouco contribuem para os professores equacionarem os problemas didático-pedagógicos de seu local de atuação.

Finalmente esperamos que essa breve discussão sobre os nexos e relações entre a formação de professores de Educação Física no Estado de São Paulo e as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil nos últimos 20 anos, venha a público para que os problemas da formação dos referidos professores sejam analisadas e debatidas criticamente, e dessa forma, a área acadêmica contribua para o estabelecimento das vias de solução dos inúmeros problemas didático-pedagógicos da Educação brasileira.

REFERENCIAS

BORGES, A. S. **A formação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino oficial de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

FREITAS, H. C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.** [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 1203-1230. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300026>.

NUNES, J. L. F. **A reforma da educação pública paulista dos anos 90: o discurso oficial e a ação prática do governo estadual para implementar a política do Banco Mundial**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SILVA, L. F. **A trajetória da Educação Física nas primeiras séries do ensino fundamental na rede pública do Estado de São Paulo: entre o proposto e o alcançado**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

FONTE DE FINANCIAMENTO

Bolsista DR2 pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, sarahmariamachado@hotmail.com

² Orientador e professor titular da Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. silvio.gamboa@gmail.com

³ Co-orientador e professor doutor na Universidade Federal de Goiás – regishsilva@bol.com.br